



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU
ESTADO DE SÃO PAULO

Contrato nº 262/05
Processo nº 4/013.577-2

Contrato nº 262/05
Processo nº 4/013.577-2

Permitente: Município de Botucatu.

Permissionário: José Cipriano

Objeto: Permissão remunerada de uso do módulo nº 05, do Centro Popular Comercial – CPC.

Período: 01/09/2005 à 31/08/2007

Valor: R\$15,00 (quinze reais) mensais.

CANCELADO

O **MUNICÍPIO DE BOTUCATU**, com sede Praça Pedro Torres, 100 – Centro, inscrita no CNPJ sob nº. 46.634.101/0001-15, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **Antonio Mário de Paula Ferreira Ielo**, brasileiro, solteiro, arquiteto, residente e domiciliado nesta cidade de Botucatu/SP, portador da Cédula de Identidade RG 8.943.783 e do CPF/MF 058.804.048-70, doravante simplesmente denominado **PERMITENTE**, e de outro lado, **José Cipriano**, com inscrição municipal nº 26154-8, portador da cédula de identidade RG 10.330.742 e do CPF/MF 009.116.128-23, residente e domiciliado nesta cidade na Alameda Primavera, nº 01 – Green Valley, doravante simplesmente denominado **PERMISSIONÁRIO**, com base no Processo Administrativo nº. 4/013.577-2, e ainda com fundamento na Lei nº 4.409/03, bem como, Decreto nº 6.586/03, têm entre si, justo e avençado o presente instrumento, a reger-se pelas cláusulas e condições que seguem, que mutuamente aceitam e reciprocamente outorgam, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

OBJETO

- 1.1** - O **PERMITENTE** cede ao **PERMISSIONÁRIO** o uso do módulo nº 05 do Centro Popular Comercial, com área de 23,24m², para nele exercer, respectivamente a atividade de comércio de miudezas em geral, em conformidade com o Processo nº 4/013.577-2.

CLÁUSULA SEGUNDA:

DO PRAZO

- 2.1** - A presente permissão é feita pelo prazo de 02 (dois) anos, contados da data da assinatura da presente avença, podendo a administração, caso haja interesse, renová-la por igual período uma única vez.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 3.1** - O **PERMISSIONÁRIO** somente poderá exercer o ramo de atividade de comércio de miudezas em geral.

CLÁUSULA QUARTA:

DO PREÇO

- 4.1** - O **PERMISSIONÁRIO** a título de remuneração da permissão, pagará ao **PERMITENTE**, mensalmente, o valor de R\$15,00 (quinze reais).
- 4.2** - Através de Decreto, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal poderá alterar o valor do metro quadrado, procedendo à sua atualização.

CLÁUSULA QUINTA:

DOS PAGAMENTOS

- 5.1** - Os pagamentos dar-se-ão até o terceiro dia útil após o vencimento do mês já encerrado, estando sujeito à multa de 2% (dois por cento) de seu montante, acrescidos de juros de 1% (um por cento) ao mês, se o **PERMISSIONÁRIO** que efetuar pagamento após este prazo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU
ESTADO DE SÃO PAULO

Contrato nº 262/05
Processo nº 4/013.577-2

CLÁUSULA SEXTA: **DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO PERMISSIONÁRIO**

- 6.1 - Findo o presente contrato, o PERMISSIONÁRIO deverá entregar ao PERMITENTE o módulo dado em permissão, sob pena de não o fazendo, sujeitar-se à multa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia de atraso, sem prejuízo do valor mensal da permissão e da responsabilidade por perdas e danos, ocasionadas ao erário público pelo atraso ocorrido;
- 6.2 - O PERMISSIONÁRIO, não poderá transferir, em qualquer hipótese, a permissão ora outorgada, quer a título gratuito quer a título oneroso, sob pena de rescisão automática do presente instrumento;
- 6.3 - Caso o PERMISSIONÁRIO falecer, terá direito de preferência na permissão vaga, e desde que esteja o contratado em vigência, primeiramente seus descendentes de primeira linha (filhos), e em não havendo interesse destes, seus ascendentes de primeira linha (pais), com o ramo de atividade análogo ao da permissão da vaga, sendo que o interessado deverá formalizar tal pretensão, por requerimento devidamente protocolizado na Prefeitura Municipal dentro de 20 (vinte) dias da data do óbito, com a anuência dos descendentes;
- 6.4 - O PERMISSIONÁRIO se obriga a cumprir no todo as normas contidas no Decreto nº 6.586, de 30 de julho de 2.003, que dispõe sobre o regulamento do Centro Popular Comercial C.P.C.;
- 6.5 - O PERMISSIONÁRIO obriga-se ao pagamento de seu consumo individual de água e energia elétrica, e para o caso de fornecimento coletivo, os valores globais destes consumos serão rateados pelo número de compartimentos ocupados;
- 6.6 - O PERMISSIONÁRIO não poderá alterar ou modificar as disposições do compartimento, salvo com autorização expressa do PERMITENTE;
- 6.7 - Toda benfeitoria quer úteis, necessárias ou voluptuárias, que venham a ser realizadas no módulo, será incorporada ao Centro Popular Comercial, sem qualquer direito de retenção e indenização por parte do PERMISSIONÁRIO;
- 6.8 - O PERMISSIONÁRIO, ao final do Contrato de Permissão de Uso do Módulo, obriga-se a devolvê-lo em perfeitas condições de uso e higiene;
- 6.9 - O PERMISSIONÁRIO responderá por todas as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias;
- 6.10 - O PERMISSIONÁRIO será responsável pelo atendimento de eventual intimação sanitária e/ou de proteção contra incêndio, ficando às suas expensas, os custos oriundos de modificações decorrentes de tais intimações.

CLÁUSULA SÉTIMA: **PENALIDADES PELAS INFRAÇÕES CONTRATUAIS E INADIMPLÊNCIA DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS**

- 7.1 - Deverá assinar o presente contrato no prazo de 05 (cinco) dias a contar de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação e ficar obrigado ao pagamento da multa correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor total proposto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU
ESTADO DE SÃO PAULO

Contrato nº 262/05
Processo nº 4/013.577-2

CLÁUSULA OITAVA: DA RESCISÃO DO CONTRATO

- 8.1** - A rescisão contratual poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos na Lei nº 4.409/03, Decreto nº 6.586/03 e demais dispositivos aplicáveis à espécie;
- 8.2** - O PERMISSIONÁRIO não poderá desistir da permissão antes de findo o prazo contratual, caso em que ficará obrigado ao pagamento, por inteiro e de uma só vez, da importância correspondente a 03 (três) prestações vincendas;
- 8.3** - A rescisão amigável somente poderá ser procedida, dispensando-se o pagamento das prestações vincendas estabelecida no item anterior deste instrumento, desde que atenda aos altos interesses do Município, devendo ser fundamentada a decisão eventualmente proferida neste sentido.

CLÁUSULA NONA: DO FORO

- 9.1** - As partes elegem o Foro da Comarca de Botucatu como o único e competente para dirimir eventuais dúvidas ou questões oriundas do presente contrato, renunciando a qualquer outro, ainda que mais privilegiado.

E, por estarem justos e contratados assinam o presente instrumento particular em três vias de igual teor e forma que vai assinado por duas testemunhas para os devidos efeitos legais.

Botucatu, 01 de setembro de 2005

Antonio Mário de Paula Ferreira Ielo
Prefeito Municipal

José Cipriano
Permissionário

TESTEMUNHAS:

1ª _____

2ª _____